



## Saúde do trabalhador e o cansaço que estimula

EDITORIAL\*

Cansa. Cansa ver o que acontece no mundo. Cansa ver o que acontece no Brasil. Cansa ver o que acontece ao nosso lado. Cansa. Cansa saber que há um *trump* em cada esquina, um bolsonaro em cada beco, uma Vale à espreita para matar multidões a qualquer momento. Cansa ver cartolas rindo nas arquibancadas torcendo e esquecendo de crianças queimadas vivas. Cansa. Cansa ver. Cansa ver deputados cínicos da bancada da bala, eleitos por futuros baleados na estupidez de brigas de trânsito. Cansa. Cansa ver médicos defendendo a expulsão de colegas cubanos deixando milhares de municípios brasileiros sem qualquer assistência médica. E cansa ver que nem se fala mais nisso. Cansa muito ver ministros falando asneiras contrariando o senso comum, o bom senso, o bom sentido de ter alguma esperança no Brasil. Cansa sentir falta de Stanislaw Ponte Preta e o Febeapá - Festival de Besteiras que Assola o País - como nem ele nunca imaginou décadas atrás.

Cansa a alma e as pernas doem de tão cansadas.

O sentimento de cansaço que hoje nos acompanha e aos nossos amigos e colegas, nossos familiares e à maior parte dos trabalhadores brasileiros é um fenômeno de perversão da realidade que exige uma profunda reflexão sobre o que vamos fazer de nossas esperanças. Pessoas quando olham ao futuro vivem em função de alguns sentidos. O principal de todos eles é que SEMPRE esperam que o futuro seja melhor do que o passado vivido e o presente vívido. O que pensar, então, de que 4 milhões e 800 mil brasileiros desempregados desistiram de buscar emprego, segundo a última contagem do IBGE. Há os que cansam de contar dinheiro - os banqueiros -, por exemplo, e os que cansam de seu cansaço em busca de uma vida melhor. É o desalento. Quantos desses milhões desses trabalhadores desalentados estarão pensando em suicídio enquanto se escreve esse editorial? Cansa só de pensar. Mas muitos estarão por aí, carregando os seus fardos de esmorecimento, abatimento, sofrimento, lamento, tormento. Cansa ver que tudo isso é muito violento, como cansa ver mães que perdem seus filhos dizerem que eles morreram porque elas deveriam ter rezado mais, ter se ajoelhado mais.

Fórum Intersindical: se a utopia nos faz caminhar,  
caminhando estamos sempre mais perto

Nesta edição

Editorial – Saúde do trabalhador e o cansaço que estimula	1
Entrevista – Leda Leal Ferreira	2-4
Artigo do mês – Valdinei Santos de Aguiar Junior	5-6
Perfil Sindical – É sempre bom lembrar...	7
Trabalhadores Anônimos – Jorge do Carreto	8
Saúde do Trabalhador é ARTE	9-10
Informes	11

Cansa ver deputados gananciosos da bancada do boi, do agro e da mineração expandindo seus negócios à revelia da preservação do ambiente, da saúde, da vida.

Já havíamos cansado de ver a catástrofe da saúde do trabalhador no Brasil se arrastando há décadas.

Mas nem por isso descansamos. Os que defendemos a saúde do trabalhador trocamos a miséria da apatia e da passividade pela mobilização e luta.

O cansaço de ver a desgraça do trabalho injusto e indigno nos estimulou desde sempre. Agora, então, que vimos estarrecidos acontecer em alguns minutos, por pura irresponsabilidade, o maior acidente de trabalho na história do Brasil, não temos mais tempo de nos cansarmos. Alguma energia nova está para despontar, tem que despontar, deve despontar, se é que ainda continuamos esperando um futuro melhor, mesmo que dele nós não tenhamos a possibilidade de usufruí-lo.

O Globo de 16/02/2019 [texto de Cleide Carvalho] nos apresenta a seu Olavo Henrique Coelho. Sete meses antes do crime de Brumadinho, seu Olavo disse para seu filho Luciano: *“Filho, você que trabalha próximo à barragem, não fica em parte baixa não. Caso ocorra algum barulho, corra, porque a qualquer hora aquilo lá vai romper.”*

Olavo era um operário que trabalhava na mina há 35 anos e na Vale há 16 anos.

Toda vez que havia algum problema na barragem, técnicos e engenheiros o chamavam para ouvir sua opinião.

Da última vez que foi chamado ele avisou aos técnicos que era para tirar a população do Córrego do Feijão e disse que *“barragem estava condenada e não tinha mais conserto”*.

Ganha uma aposentadoria do INSS quem adivinhar o que os “chefes” disseram e fizeram.

Luciano, seu filho se salvou.

Seu Olavo morreu soterrado. ■■■

\*Os editoriais do Boletim expressam a opinião da coordenação do Fórum Intersindical e nem sempre a de todos os participantes. A cada reunião ordinária, os editoriais são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.

## A fala da Saúde do Trabalhador

*Leda Leal Ferreira*

*Médica formada na Faculdade de Medicina da USP, em 1976, Leda desde sempre dedicou-se à Ergonomia. Apaixonada pelo trabalho e pelos trabalhadores, fez doutorado em Ergonomia na França, escola de referência e inspiração dos grandes ergonomistas brasileiros, entre os quais se inclui. Foi pesquisadora da Fundacentro, onde chefiou o Serviço de Ergonomia muitos anos, e de onde se aposentou em 2012. Com vasta obra e dedicação ao tema, Leda tem presença fundamental na produção de conhecimentos sobre a Análise Coletiva do Trabalho, a Psicodinâmica do Trabalho e a Ergonomia em geral. O Fórum Intersindical registrou o relato de sua bela e rica trajetória em saúde do trabalhador.*

*Nasci em 1951 em Roma, na Itália, onde meus pais, jovens físicos brasileiros, estavam se aperfeiçoando. Mas logo voltamos ao Brasil e fomos morar na cidade de São Paulo. Fiz todos os meus estudos em escolas públicas: dos 4 aos 17 anos, no Instituto de Educação Caetano de Campos, na Praça da República, “a Caetano”, como a chamávamos carinhosamente, e posteriormente na Faculdade de Medicina da USP, mais especificamente no seu Curso Experimental de Medicina, uma breve mas intensa experiência didática levada a cabo pela instituição. Essa formação em instituições públicas de excelência contribuiu para me tornar uma ferrenha defensora do ensino público para todos. Meu primeiro contato com a medicina do trabalho aconteceu por acaso. O ponto do ônibus que eu tomava para ir à Faculdade ficava em frente a um casarão, sede de uma tal Fundacentro. Por curiosidade, um dia resolvi entrar lá e recebi algumas publicações que falavam de saúde e segurança do trabalho. Comecei a me interessar pelo assunto e, como não encontrei nada a respeito na Faculdade de Medicina (nem me lembro de ter tido aulas sobre, durante o curso), procurei informações na Faculdade de Saúde Pública, que ficava num prédio ao lado.*

*Esse contato inicial frutificou: acabei sendo bolsista de iniciação científica da Fapesp, com um estudo sobre acidentes de trabalho em prensas e consegui fazer um estágio no Serviço de saúde e segurança do trabalho da Volkswagen do Brasil, em São Bernardo do Campo. Foi uma experiência marcante. Estávamos em 1975 e a fábrica tinha milhares de operários, 27 mil se não me engano. Os horários de entrada e de saída eram impressionantes, com multidões se deslocando apressadamente pelas suas avenidas, que mais pareciam as de uma cidade. As instalações eram barulhentas e escuras. Algumas prensas alemãs mais antigas ainda tinham marcas da guerra. Me lembro de uma rápida visita ao setor de fundição, que parecia literalmente o inferno; tive que ficar na porta pois me disseram que, por ser mulher, não deveria entrar, uma vez que lá dentro o calor era tão forte que alguns operários trabalhavam nus! Impossível não relacionar este ambiente hostil com a saúde dos operários.*

*No entanto, percebi que a empresa queria fazer exatamente o contrário: extinguir, ou pelo menos diluir, o papel das condições de trabalho na saúde e segurança e enfatizar o (mau) comportamento do trabalhador, exatamente como já tinha observado no estudo das prensas: embora as máquinas fossem desprotegidas, os acidentes que elas causavam eram imputados a ‘atos inseguros’ dos trabalhadores, como se suas mutilações fossem culpa sua. Isso ficou também evidente numa série de mini palestras sobre ruído que o Serviço de medicina do trabalho ministrou para os operários da VW: embora elas tenham sido feitas no meio do barulho das máquinas, insistia-se sobre os efeitos prejudiciais de aparelhos eletrodomésticos caseiros sobre a audição dos operários e não se falava nada do ambiente fabril! Quando faltavam apenas uns meses para minha formatura, me vi obrigada a interromper os estudos e sair de casa, para evitar que as forças de repressão da ditadura militar me prendessem, como o fizeram com vários amigos meus.*

continua

*Leda Leal Ferreira*

*Só voltei depois de um ano, em 1976, quando pude então me formar. Em seguida, resolvi sair do Brasil e fui para a França, encontrar meu companheiro que lá já estava, exilado. Em Paris, conheci o professor Alain Wisner, diretor do prestigiado Laboratório de Fisiologia do Trabalho e Ergonomia do Conservatório Nacional de Artes e Ofícios. Ele prontamente me aceitou como aluna num curso especial, chamado de 'ergonomia em tempo integral'. A ele serei sempre grata: com sua solidariedade e amizade, adquiri uma profissão. Fiquei no Laboratório durante três anos, tentando absorver tudo de interessante que existia por lá. E havia muita coisa, e interessantíssima, a começar pela abordagem que faziam do trabalho. Para eles, a ergonomia tinha como objetivo exatamente o inverso da seleção de pessoal: enquanto essa última pretendia adaptar os homens ao trabalho, a ergonomia pretendia adaptar o trabalho aos homens. Estavam também elaborando o que passou a ser conhecido como Análise Ergonômica do Trabalho, um método cujo centro é uma análise detalhada da atividade do trabalho, isto é, do que os trabalhadores fazem para dar conta das exigências das tarefas a eles atribuídas, a partir de observações in loco, e que envolvia uma compreensão não só dos componentes físicos como dos componentes cognitivos do trabalho. Uma coisa bastante complexa e muito instigante, que abria um imenso campo de pesquisas e que me cativou para sempre. Outro ponto interessante era o ambiente do Laboratório, onde pessoas de vários países e de diferentes formações como engenheiros, psicólogos, médicos conviviam com dirigentes sindicais e com eles realizavam trabalhos em conjunto.*

*Várias demandas sindicais chegavam ao Laboratório que formava equipes para estudá-las. Participei de uma delas, formulada pela Confederação Geral dos Trabalhadores do setor de confecção e vestuário. Éramos um grupo multidisciplinar formado por psiquiatra, ergonomista, economista e sociólogos que precisou de muitas reuniões preparatórias apenas para acertar um vocabulário em comum, antes de ir a campo. Também foi no Laboratório de Wisner que conheci Christophe Dejourns, então um jovem psiquiatra e psicanalista que estava elaborando as bases do que é hoje a Psicodinâmica do Trabalho e, desde então, sempre nos mantivemos em contato. Seu primeiro livro 'A Loucura do trabalho', foi lançado no Brasil em fins dos anos '80 e tornou Dejourns conhecido por aqui.*

*Também foi no Laboratório que conheci Jean Foret, especialista em sono de trabalhadores em turnos, que inspirou a minha tese de doutorado em ergonomia, defendida posteriormente na Universidade de Paris XIII, sobre o mesmo tema. Em 1980, com meu companheiro anistiado, voltamos ao Brasil. Eu precisava urgentemente de um emprego e me lembrei da Fundacentro, que conhecera anos antes. Fui contratada e esse emprego, que imaginei temporário, durou mais de 31 anos e só terminou quando me aposentei em 2012. Para quem não sabe, lembro que a Fundacentro é a única instituição federal dedicada à pesquisa em saúde e segurança dos trabalhadores brasileiros. Hoje, com a extinção do Ministério do Trabalho, ao qual era vinculada, temo pelo seu futuro. Lá criamos um Serviço de Ergonomia no qual procuramos desenvolver a ergonomia tal qual era defendida no Laboratório de Wisner, isto é, um estudo muito mais amplo do que a prescrição de normas sobre a adoção de posturas ou recomendações de mobiliários ou cadeiras. E que inevitavelmente exigia mudanças concretas nas situações de trabalho. Também procuramos manter e desenvolver vínculos com pesquisadores na área, brasileiros e estrangeiros, através de participação em cursos, seminários e congressos, entre eles os da Associação Brasileira de Ergonomia, da qual sou sócia fundadora.*

*No Serviço de Ergonomia, procuramos dar prioridade às demandas que nos chegavam, principalmente de sindicatos de trabalhadores, porque sempre defendi que quando os sindicatos se engajam na luta pela melhoria das condições de trabalho a possibilidade de mudanças é muito maior.*

*Não é raro vermos os próprios trabalhadores se espantarem com a quantidade de coisas que sabem e fazem depois de uma Análise Coletiva do Trabalho. Eles não sabiam que sabiam, porque seus conhecimentos permaneciam em repouso, escondidos, por nunca terem sido solicitados.*

*Fizemos algumas formações de ergonomia para sindicalistas que nos abriram algumas portas de pesquisa, e respondemos a várias demandas do Ministério Público em ações judiciais. Em termos de pesquisas, acredito que minha maior contribuição tenha sido o desenvolvimento da Análise Coletiva do Trabalho (ACT), fruto de minhas interrogações sobre os efeitos do trabalho na vida das pessoas e do modo como se pode evidenciá-los.*

*Utilizando os conceitos de atividade, da ergonomia, e o método de Dejourns, de trabalhar com grupos de trabalhadores e não individualmente, a partir de sua fala (sem observações nem questionários), defino a ACT como um método de análise do trabalho no qual são os trabalhadores que analisam seu próprio trabalho, com a auxílio de técnicos externos, em reuniões de grupo, fora do local de trabalho e tentando responder o mais exaustivamente possível à questão "O que você faz no seu trabalho"? Veja que a questão não é sobre os problemas do trabalho na vida ou na saúde. A questão é sobre o fazer de cada um, o que é completamente diferente.*

*Leda Leal Ferreira*

*É lógico que inevitavelmente se fala dos problemas que o trabalho acarreta, na vida e na saúde, mas esses problemas em geral aparecem como “atrapalhadores” para a realização de um trabalho bem feito e interessante, que é o que todos querem. Além disso, como o centro é o fazer, todos podem participar em igualdade de condições, independente do grau de sua instrução formal, porque todos sabem o que fazem e, desde que incentivados, produzem descrições e análises extremamente pertinentes de seus trabalhos. Não é raro vermos os próprios trabalhadores se espantarem com a quantidade de coisas que sabem e fazem depois de uma ACT. Eles não sabiam que sabiam, porque seus conhecimentos permaneciam em repouso, escondidos, por nunca terem sido solicitados.*

*Além disso, na ACT os vários aspectos do trabalho aparecem interligados e, além de descrevê-los, eles são interpretados e julgados, como justos ou injustos, certos ou errados, provocando alegrias ou tristezas, saúde ou doença. Ainda há muito a se pesquisar para entender o que acontece na ACT, mas algumas coisas já me parecem estabelecidas. Não é um método da ergonomia, como alguns pensam. É um método de análise do trabalho (e, ao mesmo tempo, dos resultados que ele permite adquirir) que pode ser utilizado por ergonomistas ou por qualquer outra disciplina, desde que alguns princípios éticos sejam seguidos: respeitar os trabalhadores; ouvir, com genuíno interesse, o que eles têm a dizer; adotar, como preconizo, o princípio hipocrático primum non nocere (em primeiro lugar, não prejudicar) particularmente importante quando se estuda o trabalho, porque sabemos como pode ser perigoso para os trabalhadores falar de seu próprio trabalho. Outro ponto que destaco é que o trabalho aparece na ACT não só como atividade, mas como relação de emprego e, portanto, seus efeitos são decorrentes desta dupla natureza do trabalho.*

*A Análise Coletiva do Trabalho está apenas começando e as questões que coloca são ainda muito maiores do que as que revela. Na verdade, ouvindo os trabalhadores através da ACT o que é espantoso não é a riqueza do material que trazem para discussão, mas o fato de não serem sistematicamente ouvidos, em qualquer análise do trabalho. Considero que desconsiderar a palavra dos trabalhadores é um dos maiores desperdícios da nossa civilização, além de ser uma das maiores causas de seu sofrimento.*

***Considero que desconsiderar a palavra dos trabalhadores é um dos maiores desperdícios da nossa civilização, além de ser uma das maiores causas de seu sofrimento.***

*Também gostaria de dizer que em todo meu percurso profissional as relações com os sindicatos de trabalhadores foram fundamentais, não só porque facilitaram o acesso aos próprios trabalhadores, mas porque, como já disse, como seus representantes, são eles que têm maiores condições de lutar e conseguir melhorias nas condições de trabalho. Nesse percurso, queria destacar a importância dos sindicatos de petroleiros. Desde nosso primeiro contato, em 1987, no Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias, onde participei de palestras sobre o efeito do trabalho em turno, acompanhei a categoria na sua luta pela melhoria de suas condições de trabalho. Mais particularmente, na década de 1990, colaborei na luta deles contra a redução do número de operadores e seu efeito na segurança das unidades produtivas da Petrobras e nas comunidades vizinhas a elas. No momento atual, os petroleiros estão novamente às voltas com uma política de redução de pessoal que aumenta o risco de grandes acidentes, pois não leva em conta o papel ativo dos operadores como principais agentes de segurança do sistema. Temo que, se a direção da empresa continuar teimando em não ouvi-los sobre o que têm a dizer sobre o assunto, os resultados sejam catastróficos.*

*Por último, convido os leitores a dar uma espiada no <https://trabalhoemtextos.blogspot.com>, onde tenho passado bons momentos inserindo trechos de obras literárias (mas não só...) e de imagens que tratam do trabalho. É mais um modo de tentar realçar a ubiquidade do trabalho na sociedade e de afirmar que o trabalho não precisa ser um castigo, que ele pode ser fonte de realização pessoal, desde que não consideremos natural que alguns poucos se julguem no direito de se apropriar do esforço de muitos a seu bel prazer.*

*Um belo programa que vale a pena seguir, apesar de não estar na agenda atual. Ou por isso mesmo. ■ ■ ■*

artigo  
do mês

## *Invisibilidades e tragédias: o trabalho infantil fora de foco*

*Valdinei Santos de Aguiar Junior\**

No dia 08 de fevereiro de 2019, um incêndio no Centro de Treinamento (CT) do Clube de Regatas Flamengo ocasionou a morte de 10 adolescentes e deixou outros 3 gravemente feridos. O episódio - que vem sendo citado como a “Tragédia do Ninho do Urubu”, em referência ao nome do CT - causa, evidentemente, grande comoção não só no meio desportivo, mas em toda a sociedade, especialmente por envolver a morte de adolescentes de forma tão brutal. As vítimas eram jogadores de futebol das categorias de base do clube que figura entre os mais ricos do Brasil e o acontecimento é reconhecido como um lastimável fim que interrompe a realização do sonho de jovens talentos de se tornarem jogadores profissionais de futebol.

A comoção social vem envolta de sentimentos de solidariedade e de revolta, de manifestações de apoio, de investigações criminais, de análises para se compreender o ocorrido, identificar e penalizar os responsáveis, oferecer respostas à sociedade e, sobretudo, às famílias das vítimas.

Há, contudo, no auge das discussões e análises sobre o episódio, um aspecto crucial que é pouco considerado, ou não reverbera, suficientemente, nos principais canais de comunicação, a ponto de aprofundar o debate: o trabalho infantil.

Evidentemente que os órgãos mais voltados e sensíveis à questão do trabalho infantil sinalizam a gravidade do acontecimento no que tange à responsabilidade e à relação trabalhista que o clube tinha com os adolescentes de suas categorias de base.

Contudo, nem mesmo esta tragédia se mostra suficiente para ampliar o debate sobre o trabalho infantil e, assim, superar dois aspectos marcantes da configuração histórica do tema:

- a) restrita circunscrição setorial e
- b) a base ideológica dos discursos.

Em suma, o tema do trabalho infantil, bem como os esforços pelo combate e erradicação, (a) é ainda muito restrito às políticas e setores específicos relacionados à aplicação do direito trabalhista ou à aplicação dos direitos infanto-juvenis e (b) funciona sobre uma base ideológica que, dentre outras coisas, associa trabalho à pobreza, responsabiliza famílias pelo trabalho infantil e desresponsabiliza o poder público e muitas grandes e lucrativas cadeias produtivas.

Há, na abordagem da Tragédia do Ninho do Urubu, assim como no entendimento de outras inúmeras circunstâncias envolvendo os esportes, um silenciamento do tema do trabalho infantil, uma desconsideração das relações e condições de efetivo trabalho das crianças e adolescentes.

Mantém-se, assim, a invisibilidade do trabalho desportivo de crianças e adolescentes enquanto trabalho de fato ou enquanto trabalho infantil.

Embora as categorias de base produzam, para muitos clubes e empresários, transações altamente lucrativas, as representações sociais construídas acerca do emprego de crianças e adolescentes em atividades desportivas de rendimento são do tipo de que este trabalho é a “grande chance” para crianças e adolescentes realizarem o sonho do atleta profissional. E, mais, que são atividades benéficas, seguras, protegidas e que não atrapalham o desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Não é colocado em questão, por exemplo, como estes sonhos são socialmente produzidos, quais os impactos dos treinamentos e competições sobre a escolarização e a saúde, tampouco os impactos do distanciamento de crianças e adolescentes de suas famílias e da falta de garantias quanto à concretização e continuidade da profissionalização.

A trágica morte de 10 adolescentes, as denúncias realizadas por atletas renomados referentes a maus-tratos, abusos psicológicos e sexuais sofridos por eles, a baixíssima porcentagem de jovens que conseguem se profissionalizar no futebol e nos demais esportes e as consequências para sua vida profissional futura, ainda não têm sido suficientes para embasar uma outra postura da sociedade e especialmente das corporações e do poder público a respeito do trabalho infantil e do trabalho desportivo exercido por crianças e adolescentes. Então, o que, por ora, podemos perguntar a título de reflexão é por que algumas atividades são consideradas trabalho infantil e, dessa forma, são proibidas; enquanto outras atividades são socialmente valorizadas e permitidas por lei?

Se as noções de risco, de prejuízo ao desenvolvimento e de garantia de direitos são os fundamentos que diferenciam as atividades exercidas por crianças e adolescentes, enquanto trabalho infantil ou não, uma tragédia como a ocorrida no CT do Flamengo evidencia(ria) que há outros interesses e fatores em jogo e que ainda se faz extremamente necessário aprofundar e ampliar o debate sobre o trabalho infantil.

*...uma tragédia como a ocorrida no CT do Flamengo evidencia(ria) que há outros interesses e fatores em jogo e que ainda se faz extremamente necessário aprofundar e ampliar o debate sobre o trabalho infantil.*

Contudo, o silenciamento do tema, nos faz refletir sobre os motivos pelos quais, numa tragédia como esta, o tema do trabalho infantil não é aberto e amplamente pautado.

Primeiro, porque assim como a aprendizagem e o trabalho artístico, no Brasil, os trabalhos desportivos exercidos por crianças e adolescentes são considerados exceções permitidas por lei.

Emprego abaixo das idades mínimas, mesmo que estas sejam estabelecidas constitucionalmente, são permitidas, desde que observadas certas regras e determinações judiciais (Medeiros Neto; Marques, 2013). Logo, ainda que diante do descumprimento das medidas de segurança juridicamente estabelecidas para o alojamento de crianças e adolescentes, evidentes no caso em tela, a atividade não é vista como trabalho infantil, por ser socialmente valorizada e por não ser proibida. Em segundo lugar, essa modalidade não é pautada como trabalho infantil.

Se o fosse evidenciaria a dimensão e gravidade do problema, que não se trata de um problema pontual do Flamengo e do futebol e sim de vários outros clubes e outros desportos.

Se pensarmos que a tragédia ocorreu no clube que atualmente é o mais rico do Brasil, podemos imaginar em que condições podem se encontrar as crianças e adolescentes nos demais clubes do país, muitos destes sem condições de arcar com suas despesas orçamentárias mais básicas.

O mercado de jovens talentos do esporte movimenta quantias exorbitantes de dinheiro em transações mundiais e a inserção precoce nestas atividades não virá a ser limitada em detrimento do prejuízo monetário que ocasionaria ao esporte e ao sistema globalizado de marcas e indústrias que investem nestas atividades e atletas.

Belém (2015) aponta

a necessidade de compreender o limiar do que é uma atividade artística e esportiva benéfica para o desenvolvimento de crianças e adolescentes e quando passa a ser exploração, tornando-se assim prejudicial. Já que é devido a essa dificuldade de diferenciar entre o que é direito e exploração e das brechas existentes na legislação, que estas formas de trabalho infantil vêm crescendo a cada dia (Belém, 2015, p.146).

***Assim, quais setores da sociedade tem voz e voto na construção destes entendimentos e a quem as proibições, as permissões e a invisibilidade do trabalho de crianças e adolescentes de fato beneficiam?***

Em terceiro lugar, porque consequentemente evidenciaria que as bases ideológicas que fundamentam o discurso de proibição e combate ao trabalho infantil são, também, atravessadas por uma perspectiva hipócrita a respeito da importância, função e tratamento sociais atribuídos/destinados a crianças e adolescentes no sistema capitalista globalizado. Hipócrita porque tende a representar as crianças e adolescentes como apartados, isentos, mas essencialmente protegidos pelo sistema político-econômico. Dessa forma, desconsideram-se questões de classe que repercutem no mundo do trabalho e consequentemente também nas circunstâncias de trabalho infantil.

Isenta-se o capital da sua responsabilidade pela continuidade e manutenção da exploração de crianças e adolescentes e, sobretudo, sustentando a ideia de que a proibição do trabalho infantil tenha exclusivamente o objetivo de proteger os indivíduos, invisibilizando suas características e demandas políticas, sociais e econômicas.

Cabe lembrar que a proibição do trabalho infantil, desde as primeiras convenções da OIT sobre a imposição das idades mínimas, sinalizava que o emprego de crianças e adolescentes relacionava-se às necessidades, demandas e condições econômicas dos países.

Historicamente, o estabelecimento de idades mínimas para o emprego, para além de visar proteger toda e qualquer criança e adolescente, é pautado, também e especialmente, no entendimento de quais atividades e circunstâncias podem ou não abrir mão de crianças e adolescentes na composição da força de trabalho (Aguiar Jr., 2015).

Assim, quais setores da sociedade tem voz e voto na construção destes entendimentos e a quem as proibições, as permissões e a invisibilidade do trabalho de crianças e adolescentes de fato beneficiam? São questões silenciadas, porém necessárias se quisermos desvelar e revelar alguns dos motivos pelos quais milhões de crianças e adolescentes ao redor do mundo têm suas vidas e saúde tragicamente comprometidas devido à exploração de seu trabalho. ■ ■ ■

#### Referências:

AGUIAR JUNIOR, Valdinei Santos de. *Infância, trabalho e saúde: reflexões histórico-teórico-conceituais sobre o discurso oficial*. 2015. ix,156 f. Dissertação (Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2015.

BELÉM, Kássia Kiss Graneiro; Trabalho infantil esportivo e artístico: o sentido a partir da vivência. 2015. Dissertação (Psicologia) - Universidade Federal da Paraíba, 2015

MEDEIROS NETO, Xisto Tiago; MARQUES, Rafael Dias. *Manual de Atuação do Ministério Público na Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil/ Conselho Nacional do Ministério Público*. - Brasília: CNMP, 2013 Disponível em:

[http://www.cnmp.mp.br/portal/imagens/stories/Destaques/Publicacoes/Guia\\_do\\_trabalho\\_infantil\\_WEB.PDF](http://www.cnmp.mp.br/portal/imagens/stories/Destaques/Publicacoes/Guia_do_trabalho_infantil_WEB.PDF)

*\* Valdinei Santos de Aguiar Junior é psicólogo e supervisor clínico-institucional do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi)/SUS; docente da FAETEC e da Fundação CECIERJ/UFF; doutorando em Saúde Pública da ENSP/Fiocruz.*

#### NOTA dos EDITORES

A produção acadêmica de textos, ditos científicos, não é acessível ao cidadão 'comum'. Os milhares e milhares de textos produzidos e armazenados em revistas científicas, todos os anos, são lidos apenas entre os pares, ou seja, entre os mesmos que os escrevem. Ficam armazenados nas estantes de uma 'ciência' hermética, discriminatória e descolada da sociedade que, para ser conhecida do público, tem que ser traduzida nos jornais, revistas 'leigas', boletins, televisão, blogs, vídeos da internet, no boca-a-boca. No caso da saúde do trabalhador, essa situação é mais grave, pois o que se escreve sobre o tema deveria ter como alvo principal de divulgação, ora pois, os trabalhadores! Não é o que ocorre. Revistas 'científicas' que tratam da saúde do trabalhador não são "para o bico" dos trabalhadores comuns. E, cada vez mais, são cada vez menos "para o bico" dos próprios pesquisadores da saúde do trabalhador. São muitos os obstáculos para que nós, acadêmicos, professores, militantes, profissionais da saúde do trabalhador consigamos publicar em revistas 'científicas'. Os julgadores dos textos são rigorosos, cujo rigor, guardado pelo anonimato, é de credibilidade duvidosa. Querem mudar conteúdo, questionar opiniões, mudar o método, mexer na alma do que está escrito. Além disso, revistas 'científicas' cada vez mais cobram para publicar, exigem tradução para o inglês, levam meses e até anos para dar respostas se aceitam ou não o artigo que parece ser tido como uma ameaça para uma estética científica de caráter dúbio e que não está preocupada em massificar e democratizar o conhecimento produzido. É com este espírito de resistência que a seção de artigos do Boletim do Fórum Intersindical pretende ser um espaço aberto e democrático de reflexão e difusão de conhecimentos. Mande seu texto. Participe! ■ ■ ■

*É sempre bom lembrar...*

## Sindicalismo na Era Vargas

### Parte 2

Síntese do Texto de

**Alessandro Batistella**

A Era Vargas e o Movimento Operário e Sindical Brasileiro (1930-1945)

Unoesc &amp; Ciência - ACHS Joaçaba, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2015

[https://editora.unoesc.edu.br/index.php/achs/article/viewFile/6555/pdf\\_50](https://editora.unoesc.edu.br/index.php/achs/article/viewFile/6555/pdf_50)

Acrescido de informações de diversos sites e do blog

[www.multiplicadoresdevisat.com](http://www.multiplicadoresdevisat.com)

Constituiu-se, desse modo, um modelo sindical sob controle social que buscava a harmonização e pacificação do país, em matéria de conflito de classes. Uma das principais consequências desse modelo foi o corporativismo. As corporações, com base na associação representativa dos interesses profissionais, adquirem um status de classe social que, embora distinta da classe capitalista, não refletem o interesse da sociedade como um todo. Entre 1932 e 1934, sob o ministério de Salgado Filho, foram promulgadas quase todas as leis trabalhistas – horário, férias, trabalho feminino e de menores –, leis previdenciárias – aposentadorias e pensões por intermédio de Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), e as instituições de enfrentamento dos conflitos de trabalho – Comissão e Juntas de Conciliação e Convenções Coletivas de Trabalho –. O objetivo principal era imprimir uma política sindical capaz de combater o comunismo e outras ideologias contestatórias do movimento operário, que fizesse do sindicato uma associação apolítica, com paz social e deixar ao encargo dos patrões a intervenção e o controle direto dos meios de produção.

É importante enfatizar que as leis promulgadas foram resultado das grandes mobilizações dos trabalhadores durante a Primeira República, nos anos pré-1930. Não foi uma doação ou simples outorga. Tampouco, apenas uma estratégia de cooptação. Desqualificar a história de luta da classe trabalhadora é desconhecer que a política sindical/trabalhista do Governo Provisório possuía objetivos claramente econômicos. Outro fator era atrair os trabalhadores do campo para o trabalho industrial nas cidades. Nos anos 1930, o Brasil era um país rural com 75% da população no campo. A legislação criada apenas para trabalhadores urbanos tornava o trabalho industrial mais atrativo. A sindicalização não era obrigatória, mas era como se fosse pois somente os sindicalizados gozavam dos benefícios da legislação.

Para ser reconhecido, o sindicato devia ao Ministério do Trabalho várias exigências: ata de instalação das associações classistas, relação dos sócios, cópia dos estatutos e o pedido de reconhecimento do Estado. A carteira de trabalho também era considerada um instrumento de controle da classe trabalhadora. Os anos politicamente turbulentos do pós-1930 culminaram com a Constituição Brasileira de 1934. Embora eleito indiretamente pelos constituintes presidente da República, Getúlio Vargas, cujo mandato iria até 1938, passou a ser legitimado como presidente em tempos de normalidade constitucional. Mas, a movimentação política mantinha-se intensa, a despeito de que a Carta de 1934 propusesse um Estado mais democrático e menos centralizador. Este fato, com o fim do regime discricionário fortaleceu o movimento sindical e social. Verdade que a eclosão de várias greves no período 1934-1935, denotava que se mantinha a linha de atuação do Estado e da burguesia dos anos anteriores que insistia em descumprir a legislação e continuava tratando a questão social como caso de polícia. Diante de vários acontecimentos, com destaque para a Intentona Comunista de 1935, o país de Vargas caminhou para a solução autoritária que culminou com o Estado Novo e a Constituição de 1937, conhecida como Polaca, por ser inspirada na constituição fascista polonesa da época. Inicia-se a ditadura do Estado Novo e, em 1939, com o objetivo de consolidar a estrutura sindical subordinada ao Estado, foi promulgado o Decreto-lei n. 1.402 (unicidade sindical, federações regionais e confederações nacionais). Em 1941 (1º de maio) foram inauguradas as Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho (criadas pela Carta de 1934). Visava-se uma justiça especial do Poder Executivo (e não do Judiciário) para evitar conflitos e greves. Finalmente, em 1º de maio de 1943, amplia-se a legislação trabalhista com a consolidação das leis anteriores e a criação de novas regras, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O fato de se tratar de um grande conjunto de normas tuteladoras do trabalho denota o sentido de Estado tutor, protetor e retira a ideia de autonomia do trabalhador frente ao conflito capital-trabalho, o conflito de classe. Ou seja, o Estado diz: “deixa que eu chuto”, e o chute resulta sempre em gol do capital. Além disso, a CLT impede, na prática, a “solidariedade de classe”, cuja articulação horizontal dos sindicatos pudesse uni-los em reivindicações comuns.

O isolamento sindical se consolida nas datas-bases distintas por categoria. A despeito de algumas medidas favoráveis aos trabalhadores, consolidou-se a estrutura sindical brasileira: burocratizada, vertical e subordinada ao Estado. ■■■

## Jorge do Carreto

Jorge Moraes dos Santos estava com 14 anos (possivelmente menos) quando começou a fazer carreto, feira das segundas. Julieta (Juju), 95 anos, minha mãe, moradora desde menina no Engenho Novo, conheceu-o quando meu mano maior contava uns oito anos e eu nem era nascida.

O menino Jorge do Carreto, na minha memória dos cinco anos, carregava-me com as cenouras, batatas, berinjelas, folhas e divertia-me. À frente ou atrás, mãos dadas a um/dois filhos, seguíamos duas, três, quatro quadras, até em casa.

Feiras mudam de lugar e os carreteiros as acompanhavam.

Em especial os que ganhavam a confiança das freguesas.

***Jorge nos viu crescer e sempre nos respeitou,*** Juju faz questão de lembrar.

Nascemos e crescemos nesse subúrbio do Rio - numa rua que chega ao morro São João -, estudamos em escola pública do bairro, chegamos à universidade, conseguimos bons empregos e vivemos de nossos trabalhos.

O mano maior está com 71 e Jorge do Carreto tem 74 anos.

Jorge do Carreto nasceu no São João e estudou em escola pública como nós quatro, mas precisou parar ao final do primário (atual 1ª fase do ensino fundamental).

***Jorge nos viu crescer e sempre nos respeitou.***

Jorge empregou-se como ajudante de serviços gerais, ferreiro e metalúrgico.

Casou-se e teve oito filhos e 17 netos. Durante uns vinte, trinta anos, meu pai o encontrava a caminho do trabalho e proseavam um pouco. Nos últimos quinze anos bate à frente de nossa casa, pede e recebe uma quentinha e uns trocados.

Às vezes, Juju contrata seus serviços (limpeza das grades de ferro da garagem) ou lhe pede para comprar algo na redondeza. Elogia muito sua competência e honestidade e diz que ele nos protege da bandidagem do entorno.

***Jorge nos viu crescer e sempre nos respeitou.***

Chama Juju de madrinha e o mesmo fazia com o Seu Abrão, de quem herdou as poucas roupas surradas. Minha mãe pediu-me permissão para esta doação.

Agradeço ao Jorge (nunca lhe disse isto) a ternura que sentia ao vê-lo com alguma camisa ou short do meu pai.

As mesmas lágrimas que brotam agora com a certeza de que

***Jorge nos viu crescer e sempre nos respeitou. ■ ■ ■***

***Jorge do Carreto, que nos viu crescer e sempre nos respeitou,*** está do lado de fora das grades, à sombra, e segue os tragos da vida...

**E os carretos eram assim....**

<http://saudadesdoriadoluzd.blogspot.com/2017/06/do-fundo-do-bau-carrinho-de-feira.html?m=1>



A invisibilidade social dos trabalhadores é patente. Seu adocimento e sua morte ao produzirem os bens e os produtos de consumo que movem a sociedade e a vida, em si mesma, não constam da embalagem. Não está no rótulo do que comemos e usamos que, para chegar em nossas mãos, adoeceram 'x' trabalhadoras, morreram 'y' trabalhadores. A doença e a morte rondam o trabalho. Mas não as vemos. Então, o problema é o trabalho? Claro que não! Sem o trabalho não há vida, não moraríamos, não vestiríamos, não comeríamos, enfim, não seríamos o que somos. E se a invisibilidade da relação saúde-trabalho é evidente com os trabalhadores que têm uma inserção social mais visível, com os trabalhadores anônimos a situação é ainda pior. Trazer à tona suas identidades sociais é o propósito desta coluna do Boletim Informativo. Contribua com ela. ■ ■ ■

Texto desta seção de Rosângela Gaze - UFRJ

Saúde do Trabalhador é  
Saúde do Trabalhador é  
ARTE  
ARTE

*Saúde do Trabalhador é ARTE é a nova seção do Boletim. Foi pensado para se contrapor à desgraça de trabalhar sem dignidade, sem condições mínimas de segurança e, tantas vezes, deixando os trabalhadores doentes, mortos ou soterrados sob a lama da irresponsabilidade generalizada do poder econômico e dos governantes. É pura arte trabalhar sob o sol escaldante, horas a fio, com água até a cintura e sem água p'ra beber. É pura arte trabalhar em pé doze horas seguidas com a proibição expressa de sentar. É pura arte trabalhar horas e horas sem piscar com a proibição expressa de ir ao banheiro. É pura arte trabalhar pendurado por uma cordinha a 50 metros de altura sem a chance de dar uma paradinha. É pura arte trabalhar na metalurgia, no comércio, nos bancos, nos serviços de saúde, nas escolas, dirigindo ônibus, varrendo ruas, matando mosquitos sem apoio, sem segurança, sem conforto, sem dignidade, sob pressão e ganhando uma merreca que mal dá p'ra seguir a vida sorrindo, com saúde. Da capacidade de sermos artistas vamos extrair a capacidade de resistirmos e nos indignarmos fazendo arte. Em todos os sentidos.*

### INTERTEXTO - Bertolt Brecht

Primeiro levaram os negros  
Mas não me importei com isso  
Eu não era negro

Em seguida levaram alguns operários  
Mas não me importei com isso  
Eu também não era operário

Depois prenderam os miseráveis  
Mas não me importei com isso  
Porque eu não sou miserável

Depois agarraram uns desempregados  
Mas como tenho meu emprego  
Também não me importei

Agora estão me levando  
Mas já é tarde.  
Como eu não me importei com ninguém  
Ninguém se importa comigo. ■■■

### Paulo Fatal

#### PIEDOSAS TERAPIAS\*

ventosas sangue-sugas,  
dolorosas injeções,

amputações guilhotinas,  
churrasco após cremações.

coma insufelínico,  
auto-transplante safênico,  
farofa de terra pro anêmico.

veneno de cobra pra evitar infecção.  
imponentes barrigas são abertas  
para retirar metros de entranhas.

com um furo na traqueia  
garantir o respirar.

para súbitos surtos  
enérgicas intenações.

mãos à obra, Medicina!  
eletrochocantes ações.

■■■

\* Poema escrito em 20/02/2019 para ser apresentado na Oficina Temática 'Saúde do Trabalhador é ARTE', do Fórum Intersindical

### Eles não usam black-tie

Filme brasileiro de 1981, dirigido por Leon Hirszman e fotografia de Lauro Escorel, baseia-se na peça do mesmo nome de Gianfrancesco

Guarnieri. Premiado em vários festivais internacionais, recebeu o Leão de Ouro no Festival de Veneza.

Participam do filme o próprio Gianfrancesco Guarnieri, Fernanda Montenegro, Milton Gonçalves, Lelia Abramo, Carlos Alberto Riccelli, Francisco Milani, Renato Consorte e Bete Mendes, entre outros.

O filme mostra as contradições da luta operária contra o capital e, além de mostrar o papel violento e repressor do Estado na defesa da burguesia, deixa clara a fragmentação de classe - razão maior da continuidade eterna da opressão do capital sobre o trabalho -.

Veja o filme em:

<https://www.youtube.com/watch?v=UzI2K1bDRog>

Saiba mais sobre o filme em:

[http://fics.edu.br/index.php/augusto\\_guzzo/article/view/133/188](http://fics.edu.br/index.php/augusto_guzzo/article/view/133/188)

&

<file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/28094-74025-1-SM.pdf>

OBS. Quem assistir ao filme (recomendável) preste atenção na cena final do casal catando feijão. Para fazer saúde do trabalhador no Brasil é preciso “catar feijão” o tempo todo....

■■■

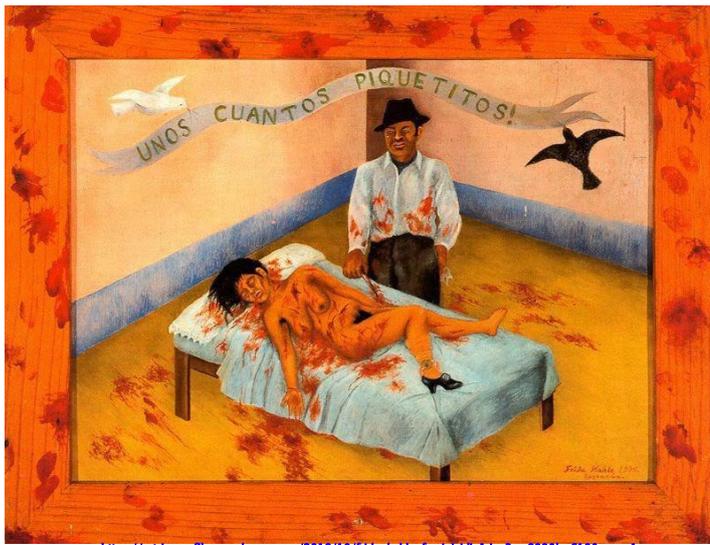
Saúde do Trabalhador é  
ARTE

Sem perder a capacidade  
de LUTARTE

continua 

Contribua. Participe.  
Envie sua foto, seu vídeo,  
seu poema, seu texto,  
sua crítica,  
faça sua arte para registrar  
sua indignação com a forma  
como se trata a saúde dos  
trabalhadores no Brasil.

Saúde do Trabalhador é ARTE  
Saúde do Trabalhador é ARTE



<https://artrianon.files.wordpress.com/2018/10/frida-kahlo-feminicidio.jpg?w=800&h=610&crop=1>

O trabalho da artista alcança e denuncia a violência contra a mulher. Neste quadro de Frida Kahlo *Unos cuantos piquetitos!* (Umaz facadinhas de nada!), a pintora mexicana deságua nas tintas sua indignação. Em 1934, no México, Frida Kahlo conheceu a história do homem que assassinou a esposa, por suposta infidelidade. Para o juiz, ele se justificou: “Mas tudo o que eu fiz com ela foi dar umas facadinhas de nada!”.  
Leia mais em:  
<https://artrianon.com/2018/10/15/obra-de-arte-da-semana-a-denuncia-ao-feminicidio-por-frida-kahlo/>

Conheça a história da Saúde do Trabalhador no Brasil Venha para o Fórum Intersindical e faça parte dessa história

Fórum Intersindical – Democracia participativa pela saúde no trabalho

A morte de Ricardo Boechat abalou a imprensa brasileira no dia 11 de fevereiro de 2019. Ao ver a cena de uma mulher (Leilaine) tentando retirar das ferragens o motorista do caminhão que se chocou com o helicóptero em que viajava Boechat, o artista Angelo France fez uma imagem do tipo revista em quadrinhos. Impressionado com o empenho de Leilaine, o artista a retratou como Mulher Maravilha, a heroína daquele momento.

Veja a matéria em:

<https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento/illustrador-desenha-mulher-que-ajudou-motorista-em-acidente-com-helicoptero-de-boechat.70002719486>

Numa época de violência contra a mulher precisamos mais de Mulheres Maravilhas do que de homens covardes.

Aqui, a cena real vista pelo artista e ao lado a sua arte.



Fórum Intersindical  
Razão de ser: pessoas



ANGELOFRANCE

Antonio Berni é um renomado pintor argentino. Nasceu em 1905 e morreu em 1981. Em entrevista, pouco antes de morrer ele disse: *A arte é uma resposta à vida. Ser artista é assumir uma maneira arriscada de viver, é adotar uma das maiores formas de liberdade, é não fazer concessões.* Na pintura *La Manifestación*, de 1934, vê-se uma placa ao fundo: PAN y TRABAJO (Pão e Trabalho). Nada mais atual 85 anos depois.



<http://ostrabalhistas.com.br/wp-content/uploads/2017/03/trabalhadores.jpg>

# INFORMES

Marielle  
PRESENTE



## PRÓXIMA REUNIÃO do FÓRUM INTERSINDICAL

Dia 29/03/2019 - 6ª feira  
09:00 às 13:00h

Oficina Temática:

**A Constituição Federal de 1988 e a  
organização do Estado brasileiro**

**Aula Inaugural do VI Curso  
Intersindical (2019)**

**Fundação Oswaldo Cruz  
(Prédio da Expansão)**

**Av. Brasil, 4036, sala 905, Manguinhos  
Pista de subida da Av. Brasil, direção Zona Norte.**

Fórum Intersindical  
FormAÇÃO  
InformAÇÃO  
TransformAÇÃO  
AÇÃO

Acompanhe a  
**COLUNA OPINIÃO**  
na página frontal superior do Blog  
[www.multiplicadoresdevisat.com](http://www.multiplicadoresdevisat.com)

Nela você se atualiza diariamente com os temas  
de interesse da saúde do trabalhador,  
saúde ambiental, direitos humanos e  
movimentos sindical e social.

São mais de 50 colunistas com experiência  
e militância nessas áreas.  
Dê sua opinião sobre as matérias e sugira novas.

Reunião do Fórum Intersindical em 22/02/2019 - Oficina Temática:  
Saúde do Trabalhador é ARTE



Foto: Felipe Lang

A Reunião Ordinária do Fórum Intersindical, realizada no dia 22/02/2019 marcou o lançamento da Seção do Boletim Informativo: Saúde do Trabalhador é ARTE. Com muita emoção houve apresentações de vários convidados: Rafael Magalhães (imagem e vídeo); Paulo Fatal (poesia); Rosangela Gaze (imagem e poesia); Armando Cypriano (fotografia); Beto Novaes (arte popular e cinema documentário); Eguimar Chaveiro, Ricardo Gonçalves, Thiago e Dayse (teatro e poesia) e a coordenação do Fórum, Luciene, Renato e Fadel (música e poesia). Na oportunidade, todos os participantes, com muita emoção falaram sobre a sua arte.

### ATENÇÃO

**VI CURSO INTERSINDICAL  
SAÚDE-TRABALHO-DIREITO**

O curso é oferecido para dirigentes ou pessoas indicadas de instituições sindicais e representativas de trabalhadores. A critério da coordenação poderão ser aceitos alunos e profissionais que estejam trabalhando com o tema do curso. As aulas ocorrerão nas últimas sextas-feiras do mês (iniciando cada módulo na Oficina Temática do Fórum Intersindical) e nas primeiras sextas-feiras do mês seguinte dando continuidade ao tema. As aulas iniciam no dia 29 de março de 2019.

### Inscrições

[cursointersindical@gmail.com](mailto:cursointersindical@gmail.com)

Acompanhe a programação pelo Blog  
[www.multiplicadoresdevisat.com](http://www.multiplicadoresdevisat.com)

### ATENÇÃO!

Se você tem interesse em escrever um texto sobre saúde do trabalhador para a nossa seção **artigo do mês** entre no blog [www.multiplicadoresdevisat.com](http://www.multiplicadoresdevisat.com) e envie!!

ENVIE suas FOTOGRAFIAS sobre SAÚDE do TRABALHADOR para o nosso Boletim [www.multiplicadoresdevisat.com](http://www.multiplicadoresdevisat.com)

Coordenação:

Luciene Aguiar (doutoranda ENSP/FIOCRUZ)

Renato José Bonfatti (CESTEH/ENSP/FIOCRUZ)

Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos (DIHS/ENSP/FIOCRUZ)

Fórum Intersindical de Formação em Saúde-Trabalho-Direito para a Ação em Saúde do Trabalhador

Av. Brasil, 4036, sala 905, Manguinhos - CEP: 21.040-361

Rio de Janeiro - RJ - Telefone: (21) 3882-9222/9223

[forumintersindical@gmail.com](mailto:forumintersindical@gmail.com)

Venha para o Fórum Intersindical - Acompanhe nosso Boletim Informativo